



Revista Brasileira de História de
Educação

E-ISSN: 2238-0094

rbhe.sbhe@gmail.com

Sociedade Brasileira de História da
Educação
Brasil

Elita Renk, Valquiria

A infância marcada pelos rituais cívicos nas escolas étnicas do Paraná

Revista Brasileira de História de Educação, vol. 14, núm. 3, septiembre-diciembre, 2014,
pp. 55-85

Sociedade Brasileira de História da Educação
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161037003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A infância marcada pelos rituais cívicos nas escolas étnicas do Paraná

Valquiria Elita Renk*

Resumo:

Este artigo aborda os rituais de formação cívica da infância nas escolas étnicas alemãs e eslavas de instrução primária do Paraná. O recorte temporal são as primeiras décadas do século XX, quando as políticas educacionais foram pautadas pela formação do sentimento de pertencimento à nação. As fontes de pesquisa permitem conhecer o processo de manutenção da identidade étnica e da cultura de origem, por meio de festas e rituais e da resistência à nacionalização. Nas escolas étnicas até 1917, eram intensas as celebrações de datas do calendário cívico da pátria de origem do grupo étnico. O Estado brasileiro implementou várias medidas para formar o sentimento de pertencimento à nação, como as comemorações, os desfiles cívicos e o ensino dos cantos patrióticos, e as escolas foram obrigadas a celebrar.

Palavras-chave:

políticas educacionais; escolas étnicas; infância.

* Professora Titular da PUCPR, ministra aulas no Programa de Pós-Graduação em Bioética. Mestre pela PUCPR e Doutora em Educação pela UFPR. Pesquisa educação de imigrantes, nacionalização das escolas étnicas no Governo Vargas e políticas de Educação nas primeiras décadas do século XX. Pesquisadora do grupo de pesquisa História e políticas de educação e a formação de professores.

Childhood marked by civic rituals in ethnic schools in Parana

Valquiria Elita Renk

Abstract:

This paper discusses the rituals of childhood civic education, in German and Slavic ethnic schools in Parana State. The time frame is the first decades of the 20th century, when educational policies were guided by shaping a sense of belonging to the nation. Research sources depict the process of maintaining the ethnic identity and culture of origin, through festivals and rituals, and by resisting nationalization. Until 1917, celebrations of native-land civic dates were intense in ethnic schools. The Brazilian State implemented several measures to form a sense of belonging to the nation, such as celebrations, civic parades and teaching patriotic songs, which the schools were forced to celebrate.

Keywords:

education policies; ethnic schools; childhood.

La infancia marcada por los rituales cívicos en las escuelas étnicas de Paraná

Valquiria Elita Renk

Resumen:

Este artículo abarca los rituales de la formación cívica de la infancia, en las escuelas étnicas alemanas y eslavas de instrucción primaria de Paraná. El recorte temporal es de las primeras décadas del siglo XX, cuando las políticas educacionales fueron basadas por la formación del sentimiento de pertenencia a la nación. Las fuentes de investigación permiten conocer el proceso de mantenimiento de la identidad étnica y la cultura de origen, a través de fiestas y rituales y la resistencia a la nacionalización. En las escuelas étnicas hasta 1917 eran intensas las celebraciones de las fechas del calendario cívico de la patria de origen del grupo étnico. El Estado brasileño implementó diversas medidas para formar el sentimiento de pertenencia a la nación, como las conmemoraciones, los desfiles cívicos y la enseñanza de las canciones patrióticas que las escuelas fueron obligadas a celebrar.

Palabras clave:

políticas educativas; escuelas étnicas; infancia.

Introdução

O tema deste artigo são as festas, celebrações e os rituais cívicos da infância¹ nas escolas étnicas eslavas e alemãs do Paraná, nas primeiras décadas do século XX. O Paraná recebeu milhares de imigrantes europeus nos séculos XIX e XX, majoritariamente italianos, alemães, poloneses, ucranianos, suíços, holandeses e russos. Esses imigrantes, ao chegarem ao Brasil, foram organizados em colônias urbanas e rurais, conforme a determinação das políticas de ocupação do território. Nessas colônias, construíram igrejas, cemitérios e espaços escolares. Também criaram redes de sociabilidades baseadas no associativismo, fundaram seus jornais, suas associações culturais, escolares, agrícolas e de auxílio mútuo. As comunicações orais e escritas nas comunidades, em sua maioria, ocorriam na língua de origem do grupo e a língua portuguesa era uma segunda língua, uma língua estrangeira.

O recorte temporal deste estudo são as três primeiras décadas do século XX, quando ocorreu no Paraná um intenso movimento pela nacionalização do ensino das escolas étnicas. Entre as medidas adotadas pelo Estado, para nacionalizar a educação dos filhos dos imigrantes, estavam a legislação que obrigava o ensino em língua nacional, a adoção de um programa oficial de ensino, a obrigatoriedade do uso dos livros didáticos prescritos, as aulas de História e a Geografia do Brasil, a obrigatoriedade de respeitar os feriados nacionais, o ensino dos hinos pátrios e as celebrações do calendário cívico nacional.

A questão norteadora desta investigação é: como as medidas para nacionalizar a instrução produziram mudanças nas celebrações das datas cívicas das escolas étnicas?

Os objetivos deste artigo são: discutir como a escola foi um espaço social de formação cívica da infância do Paraná; discutir as festas escolares como a ritualização da memória coletiva cívica; e analisar como as políticas de educação do período abordado por este estudo

¹ A infância não é uma fase biológica da vida, mas, sim, um conceito construído cultural e historicamente e as abstrações numéricas não podem dar conta da variabilidade etária. (VEIGA, 2005). A partir de Philippe Ariés, no livro *História Social da Criança e da Família*, a infância passa a ser discutida como uma idade social. Neste artigo, abordamos a infância dos descendentes de imigrantes alemães e eslavos que estudaram em escolas étnicas e vivenciaram a experiência da nacionalização compulsória da educação de 1938.

criaram mecanismos de inculcação da cultura cívica brasileira.

As fontes de pesquisa são os arquivos de escolas étnicas, que guardam vários documentos escolares, depoimentos, jornais, cadernos, entre outros; os Relatórios dos Inspetores de Ensino do Paraná da década de 1920, os Relatórios de Governo dos anos de 1930 e 1940; a legislação escolar de 1900 até 1938 e os Códigos de Ensino das primeiras décadas do século XX, que representam a fala do Estado; o jornal *Gazeta do Povo* e o jornal *Der Kompass* (a *Bússola*) da comunidade alemã católica do Paraná (publicado em língua alemã, vinculado à Igreja Católica), que relatam o cotidiano das comunidades étnicas de Curitiba; não menos importantes são os depoimentos e as entrevistas de ex-alunos das escolas étnicas eslavas que vivenciaram a nacionalização, na década de 1930. A história oral é importante fonte de pesquisa, pois permite dar voz aos sujeitos, relatar a experiência do processo de escolarização e da nacionalização, uma vez que nem sempre essas memórias estão registradas. Esse conjunto de fontes possibilita a análise das falas dos diferentes sujeitos envolvidos na pesquisa e entender as manifestações de preservação da cultura étnica e da nacionalização das escolas.

Nas escolas étnicas eslavas, pouco ou nada se ensinava em língua nacional, e o mesmo ocorria em relação à história e à cultura brasileira. O ensino era ministrado na língua materna do grupo étnico. Havia um esforço governamental para que o ensino fosse ministrado em língua nacional e que se formasse o sentimento de pertencimento à nação. “A língua de um povo é um sistema simbólico que organiza sua percepção do mundo, e é também um diferenciador por excelência [...] e os governos nacionais combatem o polilinguismo dentro de suas fronteiras” (CUNHA, 1986, p. 100). Os alunos das escolas étnicas, apesar de nascidos no Brasil, se socializavam como estrangeiros por pertencimento étnico.

Até 1917 as escolas étnicas celebravam as datas festivas e cívicas da pátria de origem². Nesse período, aumentaram as manifestações públicas, os clamores políticos e populares pelo fim das escolas étnicas,

² A Primeira Guerra Mundial foi um período marcado pelo nacionalismo e pelos clamores na imprensa regional para a nacionalização e/ou o fechamento das escolas étnicas. Nesse período, ficou visível a crise entre os brasileiros e os descendentes de imigrantes e a emergência da identidade étnica. Também ocorreram muitas manifestações patrióticas que resultaram em depredação e destruição de estabelecimentos comerciais, clubes e escolas étnicas, em especial as alemãs.

o Estado intensificou a política de nacionalização e de formação do sentimento de pertencimento nacional. A partir de então, as escolas étnicas inseriram, no calendário escolar, as celebrações e festividades do calendário cívico nacional, como o Dia Sete de Setembro e o Dia Quinze de Novembro. Essas manifestações cívicas eram realizadas nas ruas centrais das cidades, tornando-se verdadeiros espetáculos. O civismo ensinado nas escolas era entendido pelas autoridades como forma de criar o sentimento de pertencimento nacional. Capelato (1998), ao analisar o poder do Estado, afirma que ele usa de meios espetaculares para marcar a sua entrada na história: as comemorações, as festas e mesmo a construção de monumentos.

A organização das escolas étnicas do Paraná

Como tais escolas estavam à margem do aparelho estatal, as comunidades étnicas construíram suas escolas e as administravam conforme as suas possibilidades e necessidades. No interior das comunidades, a Igreja Católica, as Associações Instrutivas e as lideranças disputavam espaços e assumiam a organização e administração das escolas. As escolas étnicas eslavas e alemãs não se constituíam em um bloco monolítico, mas, sim, havia diferentes formas de organização escolar, a saber³:

As escolas comunitárias eram construídas e mantidas pelas sociedades culturais e instrutivas étnicas. Nessas escolas, as comunidades se organizavam para construir a casa escolar, pagavam o professor, compravam o mobiliário e o material didático. Os alunos pagavam mensalidade. Algumas vezes a escola era a mesma edificação da sociedade, nas denominadas sociedades-escolas. Algumas escolas eram comunitárias, mas funcionavam em um espaço particular: a casa do professor. O professor era um membro da comunidade, não necessariamente com formação e qualificação para exercer o ofício. Em sua maioria, eram escolas primárias, com classes multisseriadas, mas

³ Não há um consenso sobre o uso da nomenclatura das organizações e nem todas as comunidades de diferentes etnias adotavam o mesmo modelo de organização escolar. Indicam-se alguns pesquisadores que analisaram a organização de escolas étnicas no Paraná: Ruy C. Wachowicz (2002), em relação às escolas polonesas; Valquiria E. Renk (2009), no tocante às escolas étnicas polonesas e ucranianas; Elaine Maschio (2012), a respeito das escolas italianas, e Regina Schimmelpfeng (SOUZA, 2012), em relação à escola alemã luterana.

algumas chegaram a ter o curso ginásial. Algumas sociedades-escolas tiveram vida efêmera, outras foram assumidas pelas Congregações Religiosas e outras tiveram uma existência longa, inclusive com bibliotecas compostas por ampla literatura estrangeira. Duraram até a nacionalização compulsória em 1938. Todas essas escolas comunitárias foram fechadas em 1938 e os documentos escolares, que são as fontes documentais, em grande parte se perderam.

As escolas étnicas religiosas, em sua maioria, eram construídas, mantidas e dirigidas por membros das congregações religiosas europeias, como os Vicentinos, a Sagrada Família e outras. Essas escolas tiveram maior organização pedagógica e didática. Os religiosos, freiras e padres, eram os professores. Inicialmente, eram as freiras e, a partir de 1920, os padres também assumem as classes. Nessas escolas, o ensino religioso fazia parte dos conteúdos escolares. Eram escolas privadas, algumas das quais tinham o curso primário e ginásial. Tiveram bastante envolvimento com as associações culturais religiosas e, a partir de 1920, buscaram uma organização pedagógica mais homogênea e adotaram livros didáticos impressos em gráficas vinculadas às congregações religiosas. Grande número dessas escolas ainda existe, mas sem o caráter étnico.

As escolas subvencionadas pelo Governo Federal ou Estadual eram escolas construídas pelas comunidades ou sociedades, mas, a partir de 1918, solicitaram a subvenção para o pagamento do professor. A condição para receber a subvenção era a de que a classe tivesse mais de 20 alunos e ministrasse as aulas em língua nacional. Eram escolas laicas. O Governo as considerava como escolas públicas e os grupos étnicos, como escolas étnicas. Nas estatísticas oficiais, são registradas como escolas públicas. A subvenção escolar era uma forma encontrada pelo governo para nacionalizar as escolas étnicas, mas, mesmo recebendo a subvenção, nem todas ensinavam em língua nacional.

As escolas isoladas existiram por iniciativa particular, independentes das associações instrutivas e culturais, mas tiveram duração efêmera. Eram escolas laicas, as aulas eram ministradas por somente um professor e geralmente o ensino era em língua estrangeira.

A grande quantidade de escolas étnicas no Paraná não pode ser desconsiderada: existiam mais de 200 escolas étnicas eslavas independentes do sistema oficial de ensino. Praticamente em cada comunidade étnica havia uma escola. Nos anos de 1920, o Inspetor de Ensino do Paraná, em viagem ao interior do estado, admirava-se e

afirmava que ‘em cada colônia tem uma escola’. Nas colônias étnicas do interior ou mais afastadas dos centros urbanos, não havia escolas públicas, daí as iniciativas particulares de construir as escolas. Nas cidades, havia escolas públicas, mas os imigrantes, que eram os trabalhadores urbanos, buscavam escolas que mantivessem a identidade étnica. Em menor caso, as famílias matriculavam seus filhos nas escolas públicas pela gratuidade do ensino ou por desinteresse na aprendizagem da cultura de origem.

A escola como instituição social era importante espaço de manutenção da identidade étnica e também foi o palco da ação do Estado para a nacionalização do ensino, pelas características étnicas e pelo pouco conhecimento da língua e da cultura nacional. Como exemplo, pode-se citar que, no ano de 1937, havia 176 escolas étnicas polonesas no Paraná. Desse total, em 143 escolas o ensino era bilíngue, em 14 escolas o ensino era ministrado exclusivamente em língua portuguesa e em 10 escolas ensinava-se exclusivamente em língua polonesa.

As ações estatais para nacionalizar a instrução da infância

Para o Estado, era fundamental incorporar os jovens das áreas de imigração à cultura nacional, torná-los cidadãos nacionais. Para isso, era necessário que eles se expressassem em língua portuguesa; a escola construiria uma memória coletiva nacional e construiria o sentimento de pertencimento à nação.

O Estado passa a agir para juntar estas pessoas em um povo que se sente unificado pelas origens comuns, passa a falar uma língua comum, aprende uma história comum [...]. A língua nacional escrita e uma língua falada, compreensível para a massa, passam a ser a fronteira natural da nação. A bandeira e o hino nacional, os feriados nacionais são parte deste processo de construção de uma memória nacional capaz de organizar e de disciplinar os indivíduos (OLIVEIRA, 1997, p. 186).

Nas primeiras décadas do século XX, a questão da falta de nacionalidade era parte dos debates dos políticos e dos intelectuais. “Este novo nacionalismo envolveu a busca de uma identidade e teve como parâmetro a recusa dos modelos biológicos que embasavam o

pensamento racista [...] defendia a consciência de uma identidade nova [...]” (SKIDMORE, 1976, p. 185).

Era necessário criar uma identidade nacional, principalmente nas áreas de imigração, por meio da educação escolar. O Estado propunha o ensino em língua nacional, aulas de história e geografia do Brasil, o ensino dos hinos pátrios e a celebrações das datas cívicas. As leis, os decretos e os regulamentos de ensino, no Paraná, desde 1900 até 1938, estabeleciam que o ensino deveria ser ministrado em língua portuguesa.⁴ Apesar desse aparato legal, as escolas étnicas resistiam em adotar o ensino da língua portuguesa, para não perder a identidade cultural. Para essas comunidades étnicas, a perda da língua materna representava a perda da identidade. Para as autoridades de ensino, a língua portuguesa era o elemento essencial para formar a nacionalidade. O Estado criou outros mecanismos para a homogeneização dos saberes escolares, como a adoção de um programa oficial de ensino⁵, o uso dos livros didáticos prescritos⁶, a institucionalização de um calendário escolar e cívico e também um sistema de fiscalização e inspeção escolar.

A nação e o cidadão se forjam na escola. A piedade religiosa, o humanismo devoto e o amor ao rei cedem lugar diante do princípio da pátria, que inspira uma reorganização completa dos programas escolares; leitura, escrita, história, geografia, economia, direito, todas as disciplinas encontram sua substância na própria realidade nacional (PETITAT, 1994, p. 142).

⁴ A exemplo disso, pode-se citar a Lei n. 365 de 11 de abril de 1900 (PARANÁ, 1900), o Decreto n. 93 de 11 de março de 1901 (PARANÁ, 1901), a Lei Estadual 723 de 03 de abril de 1907 (PARANÁ, 1907), que estabeleciam que o ensino deveria ser ministrado em língua nacional, assim como a Lei 894 de 19 de abril de 1909 (PARANÁ, 1909). O Código de Ensino de 1917, Lei 1775 de 03 de abril de 1918 (PARANÁ, 1918), a Lei 2005 de 09 de abril de 1920 (PARANÁ, 1920a), o Decreto Lei n. 2157 de 1922 (PARANÁ, 1922a), mais uma vez, enfatizavam que o ensino deveria ser ministrado em língua portuguesa e também que deveriam ser ministradas aulas de História e Geografia do Brasil.

⁵ Desde 1914, já havia um Programa de Ensino a ser ministrado para o ensino primário de quatro anos. A Portaria n.º. 134/1920 de 02 de agosto de 1920 (PARANÁ, 1920b), oficializa o programa de ensino das escolas isoladas.

⁶ Desde 1916, o governo do Paraná tinha uma lista de livros didáticos a serem adotados pelas escolas públicas. Para saber mais, ver: Paraná (1916).

O Código de Ensino de 1917, no artigo 4º, atribuía a competência do poder público em inspecionar as escolas particulares sobre os métodos de ensino e a organização das escolas, a distribuição dos alunos nas classes, as matérias lecionadas e os livros adotados, assim como a realização de conferências e festas educativas. Para isso, em 1917, foi criado o Serviço de Inspeção Escolar, com a atribuição de fiscalizar e inspecionar as escolas quanto ao cumprimento da legislação escolar.

Uma das formas de controle do Estado era fiscalizar o domínio da língua portuguesa pelos professores, o material didático utilizado, o mobiliário escolar, as condições de higiene do espaço escolar, os horários das aulas e as condições de ensino. Nada escapava ao olhar do Inspetor de Ensino, que detinha o poder de recomendar o fechamento das escolas. O Estado detinha o poder simbólico da ação para impor, regular, inspecionar, por meio de leis, decretos e regulamentos, e aplicar sanções por meio de mecanismos específicos. Bourdieu (2007) analisa as ações do Estado e os mecanismos de coação e coerção para exercer o poder.

A língua materna e a manutenção da identidade étnica

A Primeira Guerra Mundial deu visibilidade à questão do desconhecimento da língua e da cultura nacional, nas áreas de imigração. Nesse momento de crise, as diferenças e as identidades étnicas ficaram mais visíveis. Os grupos de imigrantes tornaram as diferenças culturais, como marcadores da identidade, os limites étnicos, diferenciando-se dos ‘brasileiros’. Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 125), a etnicidade não se manifesta nas situações de isolamento, mas, sim, nos contatos interétnicos, e “[...] seu conteúdo e tanto quanto sua significação é suscetível de transformações e de redefinições”. Nesse sentido, a escola étnica era um espaço de manutenção da identidade étnica dos grupos e também foi o palco da ‘investida’ do Estado para a nacionalização do ensino. Considerando a grande quantidade de analfabetos no Paraná e no Brasil, a escolaridade passa a ser um elemento de diferenciação das comunidades étnicas ante os brasileiros.

Muitos descendentes de imigrantes, mesmo nascidos no Brasil, não se consideravam ‘brasileiros’ e, sim, estrangeiros (alemães, poloneses, ucranianos). Os elementos da cultura de origem, transmitidos durante gerações, eram fator de coesão social e étnica. Para Barth (1969), a identidade de um grupo étnico necessita de uma história e da partilha de uma cultura comum. Assim, para Cunha (1986, p. 99-100),

A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas, adquire uma nova função, essencial a que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste. [...] A cultura tende ao mesmo tempo se acentuar, tornando-se mais visível e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos.

Nesse contexto, as famílias e as escolas se transformaram em espaços de resistência, com a manutenção da língua estrangeira como língua materna. Os mapas e documentos escolares reconheciam os alunos pela identidade étnica como alemães, poloneses, ucranianos e não como brasileiros. Para o Estado, as escolas étnicas estavam ‘desnacionalizando’ a infância, por não ensinar a língua portuguesa. Daí a urgência em nacionalizar essas escolas.

Em muitas escolas étnicas, nem mesmo os professores sabiam se expressar em língua portuguesa. Esse fato levou o Governo do Estado a exigir um Exame de Suficiência em Língua Portuguesa, como condição para ministrar aulas nas escolas étnicas (PARANÁ, 1922a). Os materiais didáticos, em sua grande maioria, eram escritos na língua de origem do grupo, alguns publicados no Brasil, nos Estados Unidos da América ou trazidos da Europa. A Bandeira e os símbolos dos países de origem eram vistos nas escolas. Em algumas escolas, nem havia uma bandeira brasileira e os alunos desconheciam o hino nacional brasileiro.

Após 1917, o Governo do Paraná passou a cobrar, de forma mais incisiva, o cumprimento da legislação, em especial, o ensino em português, o cumprimento do Programa Oficial de Ensino e o ensino dos hinos pátrios brasileiros. Como uma forma de sobrevivência e para não perder a identidade, muitas escolas étnicas adotaram o ensino bilíngue. Ensinavam algumas matérias em português e outras na língua de origem do grupo étnico. “Nós éramos descendentes de poloneses, então queriam que nós aprendêssemos o polonês. Na escola de manhã em polonês e de tarde em brasileiro. Em brasileiro era a parte do Brasil e em polonês era a parte da Polônia” (H. W., 2008)⁷. Dessa forma, astutamente, no sentido atribuído por Certeau (1994), cumpriam a legislação, mas

⁷ Para preservar a identidade dos entrevistados, serão usadas apenas as primeiras letras dos nomes.

mantinham a identidade étnica; afinal, o bilinguismo não era proibido. Ao longo dos anos de 1920 e 1930, o Estado instituiu inúmeras medidas para nacionalizar as escolas étnicas, sem muito sucesso.

A incorporação das festas cívicas no calendário escolar

Antonio Viñao Frago (1998) analisa que o tempo escolar pode ser entendido como um tempo cultural, que é uma construção social, como um produto cultural que implica determinada vivência ou experiência temporal. Nesse sentido, pode ser analisado por meio das atividades rotineiras e das atividades festivas. As festas escolares são representações de momentos cívicos importantes para a nação e de criação da memória coletiva nacional. São momentos marcados pela ritualização do evento.

Para Roberto DaMatta (1981, p. 81), as festas são momentos de ruptura da rotina, são os momentos extraordinários na vida do grupo e muito esperados. “Todas as festas – ou ocasiões extraordinárias – recriam e resgatam o tempo, o espaço e as relações sociais”. Ele classifica as festas em: ‘festas da ordem’ – são aquelas que marcam o espaço pelas hierarquias e a ordem social, e as ‘festas da desordem’, que permitem a inversão dos papéis sociais. As festas da ordem são entendidas como as festas cívicas, que se pautam pela hierarquia e formalidade, e o carnaval é a festa da desordem, a festa da inversão da ordem e da hierarquia. As festas da ordem são rígidas, exigem uma postura corporal em que se nota a seriedade; o carnaval, de maneira oposta, é a festa da alegria e da descontração.

O calendário escolar é organizado em tempos diferenciados, entre a aprendizagem e o culto à memória coletiva. As datas cívicas são selecionadas e inseridas no calendário escolar, como eventos da história oficial, para serem festejadas e fixadas na memória coletiva, conforme analisa Souza (1999, p. 134):

Ao tornar as datas cívicas uma atividade escolar, o Estado fez da escola primária um instrumento de perpetuação da memória nacional. As festas escolares, diferentemente das festas do calendário social, não contrapõem o tempo livre ao tempo do trabalho, pois elas constituem tempo de atividade educativa, um tempo a aprender.

As festas cívicas escolares constituem-se em momentos solenes, ritualizados, carregados de simbolismo e de aprendizagem. A ritualização desses eventos exige um tempo de aprendizagem dos hinos, do significado dos elementos simbólicos, como as bandeiras e os estandartes. Assim, essas práticas constituem-se como representações coletivas e matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social (CHARTIER, 1991).

Nesse contexto, verificam-se, na legislação escolar do Paraná, a partir do Código de Ensino de 1917, as celebrações das datas cívicas brasileiras nas escolas. As escolas étnicas incorporam parte dessas datas, como o Dia Sete de Setembro, no calendário escolar, mas não deixam de celebrar as datas do calendário do país de origem do grupo étnico. A partir dos anos de 1920, quando a Inspeção de Ensino passou a fiscalizar as escolas étnicas e verificar o cumprimento dos preceitos legais, estas foram incorporando as comemorações cívicas brasileiras no calendário escolar.

As escolas étnicas e as celebrações: as representações da Pátria de origem

Existiram dois momentos distintos nas festas escolares das escolas étnicas: o primeiro, anterior ao Código de Ensino de 1917, quando celebravam as datas da pátria de origem europeia, e o segundo, após essa data, quando passaram a celebrar as datas cívicas nacionais, por imposição da legislação.

O Jornal Der Kompass, de 1902 até 1941, permite compreender o cotidiano da comunidade alemã de Curitiba. Registrou anualmente as Festas Escolares (SchulFest em língua alemã) das escolas alemãs de Curitiba. Divulgava a data, o local e a programação, com detalhes, a saber: quais os números que seriam apresentados, a ordem de apresentação de cada número, o horário de cada apresentação, quem eram os participantes, o momento da entonação dos hinos pátrios e, às vezes, até os alimentos que seriam servidos. Algumas festas escolares ocorriam nas escolas; outras, de maior repercussão, nos grandes clubes alemães da cidade.

As fontes não trazem referências sobre as celebrações cívicas do calendário brasileiro nas escolas étnicas alemãs de Curitiba até o ano de 1910. A partir dessa data, o jornal Der Kompass divulgava anualmente

as celebrações do calendário cívico da Alemanha e algumas vezes da Áustria, como o Dia 18 de Outubro (em homenagem à vitória da Alemanha sobre as tropas de Napoleão), ou mesmo a Festa da Batalha das Nações⁸. Nessas festividades, cantava-se o hino nacional do país de origem e o hino nacional brasileiro, assim como saudavam o Chefe de Estado daquele país. (ESCOLA..., 1902; ESCOLA..., 1906; INÍCIO..., 1913a; INÍCIO..., 1913b). O 60º aniversário do reinado do Imperador Francisco José I da Áustria foi celebrado em Curitiba, em 1908, reunindo as escolas étnicas polonesas e alemãs (nessa época, parte da Polônia pertencia ao Império Austro-Húngaro). O hino nacional da Hungria foi cantado e o retrato do Imperador foi exibido (FESTA..., 1908).

As datas dos aniversários dos Imperadores da Alemanha e da Áustria foram celebradas anualmente pelas escolas étnicas até 1917⁹. Pode-se citar, como exemplo, que, em 1916, as escolas alemãs de Curitiba festejaram, em 20 de janeiro, o nascimento de Guilherme II na Alemanha; em 27 de janeiro, o aniversário do Imperador Guilherme, da Alemanha; e em 18 de agosto, o aniversário do Imperador Karlos I, da Áustria. Ainda celebraram o 86º aniversário de Francisco José I, Imperador do Império Austro-Húngaro, em 19 de agosto. Essas celebrações ocorriam em língua alemã, havia o retrato da autoridade festejada, a bandeira do país estava hasteada e os hinos pátrios eram cantados. Essas festividades eram momentos solenes que ocorriam nas escolas e em clubes das cidades, que envolviam os alunos, a comunidade étnica, as autoridades locais e dos países de origem. Essas celebrações demonstram que as relações com o país de origem eram intensas e que a memória do país de origem era cultuada (FESTA..., 1916a); (INÍCIO..., 1913a; INÍCIO..., 1913b; INÍCIO..., 1914).

As escolas alemãs de Curitiba, nos anos de 1914, 1915, 1916, incorporaram, no calendário escolar, as festas escolares (Schulfest), com a cobrança de ingressos, para arrecadar fundos para a Cruz Vermelha da Alemanha e Áustria. Apesar do nome festas escolares, elas eram realizadas nos clubes étnicos alemães da cidade. A Schulfest de 1916

⁸ Leipzig, em 1813, entre as tropas de Napoleão e a Rússia, celebrada em outubro de 1913.

⁹ De 1902 até 1917, o aniversário do Imperador da Alemanha era festejado anualmente. Após essa data, deixou de ser celebrado nas escolas alemãs de Curitiba. Algumas vezes, esses eventos ocorriam nos clubes da cidade, mas eram promovidos pelas escolas étnicas.

tinha 17 números, como concertos de piano, peças de teatro, declamação de poemas sobre a pátria de origem (Vaterland e dedicados ao Kaiser Willem II), havia palestras sobre a guerra em língua alemã e a declamação do poema A Sertaneja, de Basílio Itibere, em português (FESTA, 1914; FESTA..., 1915). Ao final da cerimônia, foram cantados os hinos da Alemanha, da Áustria e do Brasil. A Schulfest de 1916 foi realizada no Salão Hauer, com a cobrança de ingressos. A programação das festas escolares era publicada no jornal Der Kompass, de forma detalhada, informando a programação, os alimentos e as bebidas que seriam servidos (ANIVERSÁRIO..., 1916; FESTA..., 1916b; GRANDE..., 1916; INÍCIO..., 1916)¹⁰.

Nas festas escolares das escolas étnicas, as fontes registram pouca participação das autoridades brasileiras, denotando que a escola expressava o culto à pátria de origem dos antepassados com muita pompa e sem repressão das autoridades brasileiras.

Nas escolas étnicas polonesas, celebravam as datas comemorativas do calendário cívico da pátria de origem¹¹, como o dia 03 de Maio, e muito pouco as celebrações nacionais, com exceção para o dia Sete de Setembro. O depoimento da ex-aluna mostra a importância da data para a comunidade eslava, como o tempo de manutenção de uma memória coletiva, nos anos de 1930.

Quando era dia 03 de Maio, uma data muito importante na Polônia, então as pessoas vinham lá de Rio Azul, de Rebouças, do interior, comemorar em Irati. Tinha banda. Primeiro era missa, depois tinha almoço na sociedade e de tarde tinha as festividades, os jogos. Às vezes era assim, sábado e domingo. Sábado às vezes tinha baile. Tinha muita gente, vinha gente até de Curitiba (H. W., 2008).

À medida que os descendentes de imigrantes tinham as celebrações das datas do calendário da pátria de origem, produziam a sua história, escrevendo a sua trajetória como um grupo social. Roger

¹⁰ Esses eventos ocorriam nos clubes da cidade, como o Salão Hauer, o Clube Rio Branco, mas eram promovidos pelas escolas alemãs.

¹¹ No dia 03 de Maio de 1791, foi proclamada a Constituição da Polônia, segundo (IAROCHISNKI 2000, p. 22). No Brasil, essa data era rememorada e festejada nas comunidades étnicas polonesas.

Chartier (1991) entende que, na análise das culturas, se apreendem os bens simbólicos, produzindo, assim, usos e significações diferenciadas. A representação do dia 03 de Maio para a comunidade polonesa do Paraná, como a data da Proclamação da Constituição da Polônia, era mais significativa que o Dia 07 de Setembro, data da Independência do Brasil. A celebração dessa data no Brasil era a coesão do grupo étnico, a manutenção de uma memória coletiva. É a história das representações produzidas pelo grupo social e inscritas na memória do grupo étnico. Chartier (1991, p. 179) aborda que

[...] no espaço assim traçado se inscreve todo trabalho situado no cruzamento de uma história das práticas, social e historicamente diferenciadas e de uma história das representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos.

Os exames finais também eram momentos especiais que se diferenciavam da rotina nas escolas étnicas. O *Jornal Der Kompass*, ao registrar os Exames Finais, exalta a disciplina, o respeito e a ordem, com a presença do Cônsul da Alemanha e da Áustria, nos Exames Finais e outras festas escolares (FESTA..., 1916b)¹². Esse jornal enaltece o trabalho dos professores e o (bom) desempenho dos alunos, tanto nas expressões orais como escritas. Nos exames finais de 1902, os alunos cantaram o hino nacional brasileiro, da Prússia e da Áustria (ESCOLA..., 1902). Essas celebrações e momentos especiais denotam o esforço da escola na manutenção da identidade cultural étnica.

Os documentos dos Arquivos Escolares da Escola Vicentina São José de Curitiba (escola étnica polonesa) revelam que, no exame final do ano de 1906, foram avaliados os conhecimentos sobre a História da Polônia. Estiveram presentes nessa cerimônia: o Cônsul da Áustria, o padre dessa colônia e padres de outras colônias polonesas, o redator da *Gazeta Polonesa no Brasil*, os familiares dos alunos e os professores. Foi apresentada a peça teatral *Crianças polonesas no estrangeiro diante de sua Pátria*, com o ambiente ornamentado com flores e bandeirinhas da Polônia. Ainda nessa ocasião, sobre o quadro da Virgem de Czestochowa, as crianças entoavam ‘Mãe, nós somos crianças da terra polonesa’. A Bandeira da Polônia era segurada por um aluno vestido

¹² Este jornal registrava os Exames Finais como Festas Escolares.

com roupa nas cores branca e púrpura e com algemas nas mãos, representando o jugo da Polônia às nações estrangeiras (Áustria, Alemanha e Rússia). Esses elementos simbólicos demonstram que as relações com a pátria de origem eram intensas e que as lembranças mantinham a comunidade viva.

Nessas práticas sociais, estavam presentes os elementos simbólicos de identificação étnica, como a bandeira, o estandarte, as cores nacionais e os hinos. Esses elementos faziam parte da cultura escolar¹³ e, nessas escolas, eram praticamente inexistentes os elementos simbólicos formadores da cultura nacional. Os alunos aprendiam e cultuavam uma memória coletiva que não era a brasileira.

Após 1917 o Estado intensificou as celebrações cívicas nacionais

Por determinação da legislação educacional do Paraná, a partir de 1917, as escolas étnicas passaram a celebrar as datas do calendário cívico nacional, como o Sete de Setembro e o Dia da Bandeira. Nessas celebrações, o hino nacional brasileiro era entoado para representar simbolicamente o processo de nacionalização do ensino.

O *Código de Ensino do Paraná de 1917* (PARANÁ, 1917) determinava que as escolas deveriam ministrar aulas de Língua Nacional, Geografia, Corografia do Brasil e História da Civilização no Brasil. Essas matérias escolares ensinariam as ideias de amor à pátria e estudos de caráter moral e cívico.

A partir de 1917, as aulas de ginástica e música tinham o caráter de formação do cidadão forte, saudável e com valores morais. Um exemplo foi as atividades das comemorações do Centenário de Independência do Brasil, em 1922. Essa comemoração teve a participação de mais de 1.800 crianças executando movimentos de ginástica, uniformizadas de branco (PARANÁ, 1922b). Após essa celebração, fez o governo do Paraná aprovar a Lei 2.196 de 24 de março de 1923 (PARANÁ, 1923a), que oficializava o escotismo na Instrução Pública. A partir dessa data, nos grupos escolares, as aulas de Educação

¹³

A cultura escolar é descrita por Dominique Julia (1995) como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos.

Moral e Cívica foram substituídas pelas aulas de Escotismo.

Em 1922, o Governador assinou o Decreto Lei no. 2.157 (PARANÁ, 1922a). O artigo 1º estabelecia que as escolas particulares tinham liberdade de ensino, desde que estivessem registradas na Inspetoria de Ensino, e contratassem professores com comprovada idoneidade moral, que se comprometessem em respeitar os feriados nacionais, ensinassem em língua portuguesa e incluíssem no programa de ensino Geografia e Corografia do Brasil. Ainda assim, cada professor precisou assinar um Termo de Compromisso com o Estado, comprometendo-se a adotar o Programa Oficial de Ensino.

Para que as canções patrióticas incutissem o sentimento de pertencimento nacional, era imperioso que fossem ensinadas e cantadas nas escolas. Assim, o Decreto Federal n. 19.488, de 12 de dezembro de 1930 (BRASIL, 1945), determinava que o hino nacional deveria ser cantado em todas as escolas.¹⁴ Nas memórias do ex-aluno de uma escola étnica, a lembrança ainda é presente. “O hino, a gente cantava todo dia, na entrada e na saída das aulas” (A. K., 2008). Era necessário que a execução das canções patrióticas se transformasse em uma rotina escolar, objetivando a introdução de valores cívicos nacionais.

Em 1931, em uma celebração na escola étnica alemã, com a presença do Embaixador da Alemanha, o primeiro número a ser apresentado foi *Sangue alemão* e somente no terceiro ato foi executado o hino à Bandeira Nacional (COLÉGIO..., 1931; GRANDE..., 1931). Nessa mesma escola, no ano de 1934, foram celebrados o Dia do Trabalho, Dia das Crianças e Dia da Bandeira Brasileira, em cumprimento ao Decreto n. 19.488, de 12 de dezembro de 1930. Para atender os preceitos da legislação escolar, as escolas étnicas incorporaram as datas do calendário cívico brasileiro e o ensino dos hinos pátrios. Ainda assim, havia a celebração de algumas datas cívicas do país de origem, revelando as permanências, as incorporações e as mudanças na cultura escolar.

Nos anos de 1930, 1933, 1934, 1935, 1937, o jornal *Der Kompass* não registrou nenhuma celebração de datas cívicas nacionais nas escolas alemãs de Curitiba. Esse ‘hiato’ nas celebrações evidencia a resistência

¹⁴ Wilson Lemos Júnior (2005) analisa a importância do canto orfeônico e traz a informação de que o ensino de Música já existia nas escolas normais do Paraná desde 1882. Mas nas primeiras décadas do século XX passou a ser uma realidade concreta nas escolas primárias do Paraná.

em abandonar a cultura étnica. Esse silêncio demonstra que as escolas étnicas desafiavam a legislação não aceitando o envolvimento proposto.

O jornal *Der Kompass* registrou, no ano de 1936, a Comemoração do Dia do Colono em 28 de julho e, em 19 de novembro, o Dia da Bandeira, celebrados nas escolas étnicas alemãs de Curitiba (COMEMORAÇÃO..., 1936a; COMEMORAÇÃO..., 1936b). Essa ‘forma de fazer’, no sentido atribuído por Certeau¹⁵, evidencia que, por imposição legal, eram celebradas as datas determinadas pelos códigos de educação e, ao mesmo tempo, havia a resistência em abandonar a cultura étnica.

As canções patrióticas e os desfiles escolares como forma de civismo

Nos anos de 1920, o Inspetor de Ensino do Paraná, César Prieto Martinez, afirmava a “[...] influência na formação do civismo pelo entusiasmo que despertam as canções patrióticas” (PARANÁ, 1920c, p. 20). Os benefícios das aulas de cantos patrióticos eram propalados pelo Inspetor de Ensino, como o fato de o desenvolvimento do aparelho respiratório ser um facilitador da disciplina; desse modo, manifestava amor pela causa da instrução, da formação do civismo, da influência sobre a moral, dulcificando o caráter (PARANÁ, 1920c).

Nos anos de 1930 e 1940, o Estado Brasileiro criou um conjunto de legislação que tornava obrigatória a participação dos estudantes nas comemorações cívico-patrióticas, como o Decreto 19.488, de 15 de dezembro de 1930 (BRASIL, 1945), Lei 259 de 1º de outubro de 1936 (BRASIL, 1938), Decreto-lei n. 7.807 (BRASIL, 1941a) e 3.546/41 (BRASIL, 1941b). Por meio dessa legislação, o Hino Nacional deveria ser ensinado e cantado diariamente em todas as escolas. As escolas étnicas incorporaram na sua rotina os cantos dos hinos. A depoente A.N., que estudava numa escola étnica ucraniana nos anos de 1930, relata intensidade na aplicação desse Decreto no espaço escolar. “Na época da guerra (Segunda Guerra Mundial) tinha que cantar o Hino Nacional

¹⁵ As formas de fazer, propostas por Michel de Certeau, podem ser entendidas como as estratégias e as táticas. A estratégia é entendida como cálculo das relações de força que são possíveis a partir do momento em que um sujeito de querer e um poder pode ser isolado. As táticas são as ações calculadas, é a arte do fraco. As maneiras de fazer criam um jogo: a estratificação de funcionamentos diferentes e inferentes (CERTEAU, 1994).

todos os dias, sem cantar o Hino, a aula não começava. Quando entrávamos em sala a primeira coisa era rezar, quando podia rezava em ucraniano e depois em português e cantávamos o Hino” (A.N., 2007). Essa situação era parte da ação coercitiva do Estado ao produzir uma memória coletiva nacional. “Tinha que aprender o Hino da Bandeira e Hino Nacional. Todo dia tinha que cantar. Cantava o hino na sala” (P. L., 2009). Era a repetição exaustiva até que os jovens internalizassem esse aprendizado, objetivando o esquecimento da cultura de origem do grupo e a formação do sentimento de pertencimento à nação brasileira. A execução dos hinos passou a ser uma referência nos eventos cívicos. Nesse sentido,

[...] as atividades organizadas, enquadradas por especialistas, regulam e estruturam o tempo das crianças [...]. Uma parcela destas atividades depende de aprendizagens no decorrer das quais a repetição, o respeito pelas regras [...] são essenciais” (VINCENT et al, 2001, p. 39, 40).

As datas do calendário cívico brasileiro como Primeiro de Maio, Sete de Setembro, Quinze de Novembro passaram a ser celebradas pelas escolas étnicas, como forma de cumprimento das prescrições legais, após 1930. Roger Chartier (1991) analisa as culturas e afirma que elas são práticas de uma história das representações. As práticas escolares evidenciavam o esforço das escolas étnicas em cumprir as medidas ditadas pelo Estado, mas, ainda assim, manter a identidade étnica, tão cara às comunidades.

O processo de construção da identidade ocorre em um contexto de relações de poder introduzidas pelas instituições dominantes para expandir e racionalizar sua dominação, conforme analisa Castells (2000). A ação do Estado em apagar as referências do passado encontrava resistências no espaço doméstico, conforme relata a ex-aluna: “No meu tempo a gente aprendia o hino da Polônia em casa, na escola não podia cantar não” (P. L., 2009). Para Certeau (1994), a prática cultural é combinação de elementos cotidianos concretos ou ideológicos, ao mesmo tempo passados por uma tradição e realizados dia a dia por meio de comportamentos: aquilo que é prático, decisivo na identidade de um grupo ou indivíduo. Assim, as táticas das famílias para manter a identidade étnica ocorriam no interior das casas, onde o Estado não

exercia vigilância.

As bandeiras e os estandartes são elementos simbólicos de representação da pátria e passaram a ser ostentados nas comemorações das datas cívicas nos anos de 1920-1930, nas ruas e praças das cidades. O símbolo pode ser entendido como um instrumento político de imposição e legitimação da dominação. Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes e de conhecimentos e comunicação, por isso são instrumentos políticos de imposição e legitimação da dominação (BOURDIEU, 2007; CAPELATO, 1998). As representações são entendidas como imagens mentais e como manifestações mentais (língua, dialeto, pronúncia...) e objetais (emblemas, bandeiras, insígnias...) que impõem, legitimam e transformam a visão de mundo.

Nas festas da ordem, a ênfase é sempre colocada na ordem, na regularidade, na repetição, na marcha ordeira, no cântico cadenciado, no controle do corpo que [...] remete à ideia de sacrifício e disciplina [...]. Aqui, o mundo é englobado e apresentado pelas posições sociais que a sociedade considera importantes (DAMATTA, 1981, p. 85).

A ordem estava representada nos grandes desfiles escolares, segundo a posição hierárquica dos sujeitos na sociedade. Os alunos desfilavam todos uniformizados e enfileirados. “O uniforme de todo dia era o guarda-pó. E para o Sete de Setembro tinha lá no Ivaí tinha a saia azul e blusa branca e no Sete de Setembro sapato e meia” (I. K., 2008). O uniforme é o símbolo da homogeneização, da ordem e da disciplina, representando a igualdade, eliminando as diferenças individuais que as roupas representam. A data especial tinha o uniforme especial, e o uso de sapatos e meias representava a incorporação dos hábitos de higiene.

À medida que a legislação escolar obrigava a comemoração das datas cívicas brasileiras, elas ganhavam visibilidade nas ruas, como verdadeiras festas da representação da ordem. Juntamente com os estudantes, o exército e a polícia militar, as celebrações representavam a demonstração da força do Estado. De forma ufanista, os desfiles cívicos eram divulgados pela imprensa, destacando a grande participação dos alunos. As crianças mostram-se dóceis, ordeiras, disciplinadas e cumpriam o roteiro previamente preparado.

A parte que mais curiosidade despertou ao espírito da nossa população, pela sua originalidade, foi a passeada no mundo infantil das escolas da capital. Desde as 16 horas turmas e turmas de crianças, todas vestidas de branco e uniformizadas, iam chegando à Avenida Luiz Xavier, que era o ponto de conjunção. [...] rumando, então o préstito à Praça Municipal. Cerca de 3.000 crianças reuniram-se no espaçoso largo, da seguinte forma: postadas defronte ao Paço Municipal, dividiram-se em dois grupos, os meninos do lado direito e as meninas do lado esquerdo, separados todos da multidão por um cordão de isolamento. As 17:30 foi entoado de uma maneira estupenda, o Hino da Independência, pelas 3 mil vozes juvenis. Era um espetáculo inédito assistir-se aquela multidão infantil cantar o Hino da Independência, em conjunto [...]. Ao préstito incorporaram-se além das crianças das escolas os alunos da Escola Normal e Ginásio (DESFILÉ..., 1920a).

As ruas centrais da cidade, as praças tornam-se a passarela do desfile da ordem e representam a manutenção da hierarquia social. “Disciplina, ordem e hierarquia são recursos do discurso educativo que possibilitam a ênfase na preparação do patriota, no planejamento escolar” (TRINDADE, 1996, p. 92). Mas não se pode esquecer de que esse espetáculo público não era uma manifestação espontânea e, sim, a imposição da legislação escolar. Era a face cívica do Estado que se mostrava à população.

O pátio escolar também adquiria a representação de demonstração de patriotismo.

As 11 horas os alunos formados entoaram em frente ao Grupo o Hino à Bandeira, sendo esta levantada simultaneamente. Ao terminar o Hino foi a bandeira saudada por diversos alunos, conforme a ordem do programa já publicado [...] Começou então a segunda parte do programa, tendo nessa ocasião a distinta professora D. Palmyra B. de Mello, pronunciado belo discurso, que muito concorreu para o entusiasmo geral que imperou durante toda festa. Os recitativos foram feitos duma maneira admirável: com entusiasmo e sem atrapalho algum (DESFILÉ..., 1920b).

As festas da ordem são marcadas pela disciplina, considerada fundamental na formação de bons cidadãos. “A disciplina do corpo induz à do intelecto [...] Estreitamente ligada à disciplina, a ordem é a segunda estratégia utilizada na configuração escolar, sob a forma de lei, regulamento ou programa” (TRINDADE, 1996, p. 90-91).

Destacavam-se, no Estado Novo, as comemorações cívicas que se intensificaram quanto à sua duração, como a Semana da Pátria e a Semana de Duque de Caxias. As celebrações previam uma semana intensa de atividades cívicas, como desfiles, palestras, declamação de poemas, cantos dos hinos e outras homenagens. O aniversário do Presidente Vargas era celebrado nas escolas do Paraná. Esses eventos, obrigatórios às escolas, objetivavam a formação de uma memória social nacional, considerando os mitos nacionais e a exaltação dos ‘grandes homens’ que contribuíram para isso. A intensidade dos festejos cívicos decorrentes da Semana da Pátria, nas ruas da Capital, era registrada pela imprensa.

Desde as primeiras horas do dia de ontem as ruas da cidade se encheram de agitação invulgar. E a própria natureza, através de um dia da ‘Semana da Pátria’ o mais imponente e significativo de todos eles. Crianças aos magotes de todos os cantos, e dirigiam-se para o local da concentração e os pais, que eram a cidade toda, (sic) pressurosos de tomar posição para a satisfação fugaz de assistir à passagem do filho, iam enchendo literalmente as ruas da nossa capital. E realmente às 9 horas da manhã, hora em que teve início a parada escolar, a cidade era um formigueiro humano. Por certo, culminaram, neste dia causador de impressão inapagável (sic) as solenidades da ‘Semana de Caxias’. Foi a mais empolgante expressão de civismo, a mais tocante demonstração de brasilidade (FESTEJOS..., 1941).

O civismo, por meio das comemorações cívicas, foi importante no processo de construção da nacionalidade brasileira. Sob a forma de apelo, alunos e professores ‘espontaneamente’ participavam das celebrações cívicas. “No dia 5 de setembro último, atendendo ao apelo do Senhor Ministro da Educação, houve a Parada da Juventude, tendo desfilado em todo o Estado, 50.771 escolares, sendo do sexo feminino 23.706 e do masculino 27.165” (PARANÁ, 1941, p. 38).

A ex-professora, Irmã Rosália Obrzut, que trabalhou na escola Vicentina de Curitiba, de 1927 a 1950, recorda da época do Estado Novo e da nacionalização compulsória do ensino em 1938 e diz: “Quando batia o sino a gente recolhia a turma, as filas, aqui A e B, aqui 3^a. e 4^a fila. Daí a professora que regia ou a diretora marcava para cantar, o Hino Nacional ou o Hino da Bandeira. Era obrigatório” (COLÉGIO..., 2008). A imposição oficial fazia do espaço escolar um espaço de formação do sentimento de pertencimento à nação.

Considerações Finais

Nas primeiras décadas do século XX, no Paraná, havia centenas de escolas étnicas. Essas escolas existiam à margem do Estado e tinham uma organização curricular que mantinha a identidade cultural do grupo étnico. Tais escolas buscavam, por meio dos saberes e das práticas curriculares, manter a identidade étnica com o ensino na língua de origem do grupo e cultuando as datas cívicas do país de origem.

O Estado, objetivando formar o sentimento de pertencimento nacional, instituiu, por meio da legislação escolar, o ensino em língua portuguesa e outras medidas de caráter coercitivo para a homogeneização do ensino e a formação do cidadão nacional.

As escolas se constituíam em espaço e tempo de formação do civismo e demonstração de amor à pátria. Nos desfiles cívicos, altamente ritualizados, os hinos eram cantados e a bandeira representava a presença simbólica da Pátria.

Nos anos de 1930 e 1940, o Estado criou um conjunto de legislação que tornava obrigatória a participação dos estudantes nas comemorações cívico-patrióticas. As escolas étnicas e nacionais passaram a expressar, mediante desfiles e comemorações patrióticas, o sentimento de brasilidade. Apesar de todo o aparato legal, as escolas étnicas encontravam formas de manter a identidade étnica até a nacionalização compulsória, em 1938.

Nas cidades maiores, os desfiles aconteciam nas ruas e praças centrais e transformavam-se em espetáculos. Nas colônias étnicas, as atividades cívicas não eram esquecidas, mesmo que realizadas no pátio da escola.

Mas, enquanto a escola se esforçava para cultuar o sentimento de nacionalidade brasileira, em casa, a família não participava desse

processo e fazia a resistência ante a nacionalização, cultuando o sentimento de pertencimento à pátria de origem.

As fontes de pesquisa do Paraná possibilitaram compreender a formação do sentimento de pertencimento nacional e a manutenção da identidade étnica nas escolas.

Referências

A. N. *Entrevista*. 14 fev. 2007. Entrevistador: Valquiria E. Renk. Curitiba, 2007. Entrevistas com ex-alunos das escolas étnicas, cujos nomes dos entrevistados é mantido em sigilo, arquivos sonoros transformados em texto. Arquivos particulares da entrevistadora.

A. K. *Entrevista*. 13 mar. 2008. Entrevistador: Valquiria E. Renk. Curitiba, 2008. Entrevistas com ex-alunos das escolas étnicas, cujos nomes dos entrevistados é mantido em sigilo, arquivos sonoros transformados em texto. Arquivos particulares da entrevistadora.

ANIVERSÁRIO do Imperador Francisco José da Áustria no Bom Jesus. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 97, p. 2, 19 ago. 1916.

BARTH, F. *Ethnic groups and boundaries*. London: George Allens and Unwin, 1969.

BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

BRASIL. Decreto – lei nº. 7.807 de 05 de setembro de 1941a. *Dispõe sobre o estandarte e o vexilo da Juventude Brasileira*. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 10 set. 1941a. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2491572/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-10-09-1941>>. Acesso em: 18 ago. 2014

_____. Decreto Lei nº. 3.546/41 de 22 de agosto de 1941. *Dispõe sobre a formatura geral da Juventude Brasileira para a comemoração da Independência no ano de 1941b*. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo. Rio de Janeiro, 22 ago. 1941b. Seção 1, p. 240. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941->

08-22;3546>. Acesso em: 03 ago. 2013.

_____. Decreto nº 19.488, de 12 de dezembro de 1930. Sobre as datas nacionais a serem celebradas nas escolas. *Código de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1930 a 1945*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1945.

_____. Lei nº. 259 de 1º. de outubro de 1936. Torna obrigatório, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino e associações de fins educativos, o canto do hino nacional. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, Seção 1, 07 out. 1938. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128836/lei-259-36>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

CAPELATO, M. H. R. *Multidões em Cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

COLÉGIO Bom Jesus. 35 anos de escola. *Jornal der Kompass*, Curitiba, n. 50, p. 03, 02 mai. 1931.

COLÉGIO Vicentino de São Jose: *100 anos de presença*. Curitiba, 2008. Mimeo.

COMEMORAÇÃO Dia da Bandeira. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 131, p. 2, 19 nov. 1936a.

COMEMORAÇÃO Dia do Colono. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 84, p. 2, 28 jul. 1936b.

CUNHA, M. C. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; EDUSP, 1986.

DAMATTA, R. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1981.

DESFILÉ Escolar. *Gazeta do Povo*, Curitiba, p. 1, 08 set. 1920a

_____. *Gazeta do Povo*, Curitiba, p. 1, 09 set. 1920b.

ESCOLA Católica Alemã: exame escolar. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 25, p. 3, 18 dez. 1902.

ESCOLA alemã feminina: novo ano letivo. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 54, p. 2, 06 jan. 1906.

FESTA de aniversário do Imperador Francisco Jose da Áustria. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 15, p. 2, 19 ago. 1908.

FESTA do Imperador. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 11, p. 2, 27 jan. 1916a.

FESTA do nascimento de Guilherme II. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 7 p. 2, 18 jan. 1916b.

FESTA escolar Cruz Vermelha. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 118, p. 5 dez. 1914.

FESTA escolar na Escola Alemã de Moços e Moças. Cruz Vermelha *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 23, p. 3, 28 fev. 1915.

FESTEJOS cívicos: Semana da Pátria. *Gazeta do Povo*, Curitiba, p. 1, 28 ago. 1941.

FRAGO, A. V. *Tiempos escolares, tiempos sociales*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998

GRANDE festa escolar no Bom Jesus. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 52, p. 2-3, 07 maio 1931 .

GRANDE festa escolar para a Cruz Vermelha. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 140, p. 2-3, 28 nov. 1916.

H. W. *Entrevista*. 17 abr. 2008. Entrevistador: Valquiria E. Renk.

Curitiba, 2008. Entrevistas com ex-alunos das escolas étnicas, cujos nomes dos entrevistados e' mantido em sigilo, arquivo sonoros transformados em texto. Arquivos particulares da entrevistadora.

I. K. *Entrevista*. 13 mar. 2008. Entrevistador: Valquiria E. Renk. Curitiba, 2008. Entrevistas com ex-alunos das escolas étnicas, cujos nomes dos entrevistados e' mantido em sigilo, arquivos sonoros transformados em texto. Arquivos particulares da entrevistadora.

IAROCHINSKI, I. *A saga dos polacos*. Curitiba: Iarochinski, 2000.

INÍCIO das aulas. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 8, p. 2, 28 jan. 1914.

INÍCIO das aulas na Escola Alemã de Moços e Moças. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 8, p. 2-3, 29 jan. 1913a.

_____. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 47, p. 2, 21 jun. 1913b.

INÍCIO do ano letivo na Escola Alemã. *Jornal Der Kompass*, Curitiba, n. 8, p. 2, 20 jan. 1916.

JULIA, D. La culture scolaire comme objet historique, *Paedagogica Historica: International journal of the history of education*. [S. l.]: Taylor Francis, v. 1, 1995, p. 353-382. Supplement.

LEMONS JÚNIOR, W. *Canto orfeônico: uma manifestação acerca do ensino de música na escola secundária pública de Curitiba (1931-1956)*. 2005. 111 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós Graduação em Educação, Curitiba, 2005.

MASCHIO, E. C. F. *A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias de italianità e brasilità (1875-1930)*. 2012. 340 p. Tese (Doutorado)-UFPR, Programa de Pós Graduação em Educação, 2012.

OLIVEIRA, L. P. O aniversário do Presidente Vargas era celebrado nas escolas do Paraná: a questão nacional na Primeira república. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. *A década de 1920 e origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p. 185-193.

P. L. *Entrevista*. 08 jan 2009. Entrevistador: Valquiria E. Renk. Curitiba, 2009. Entrevistas com ex-alunos das escolas étnicas, cujos nomes dos entrevistados e' mantido em sigilo, arquivos sonoros transformados em texto. Arquivos particulares da entrevistadora.

PARANÁ (Estado). Decreto nº. 93 de 11 de março de 1901. Lei da Instrução. *Collecção de Decretos e Regulamentos de 1901*. Curytiba: [s. n.], 1901. Departamento Estadual de Arquivo Público. Documento manuscrito.

_____. Decreto nº. 17 de 09 de janeiro de 1917. O Código de ensino de 1917. Aprova o código de ensino do estado do Paraná. *Collecção de Decretos e Regulamentos de 1917*. Curityba: Tipografia D'A República, 1917.

_____. Lei nº. 1775, de 03 de abril de 1918. Determina a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa. *Leis de 1918*. Curityba: Typografia d'A República, 1918.

_____. Lei nº. 2.157, de 08 de abril de 1922. Código de ensino. Regulamenta o código de educação do Paraná. *Leis e Decretos do Paraná 1922*. Curityba: Typografia d'A República, 1922a. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>> Acesso em: 18 ago 2014.

_____. Lei nº. 2.196 de 24 de março de 1923. Oficializa o escotismo nas escolas públicas do Paraná. *Colecção de Leis e Regulamentos do Paraná*. Curityba: Typografia da Penitenciária do Estado, 1923a.

_____. Lei nº. 2005, de 09 de abril de 1920. Código do ensino. Regulamenta o código de educação do Paraná. *Leis e Decretos do Paraná de 1920*. Curityba: Typografia d'A República, 1920a. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. Lei nº. 894 de 19 de abril de 1909. Código de ensino do Paraná. *Collecção de Decretos e Regulamentos de 1909*. Curytiba: [s. n.], 1909. Departamento Estadual de Arquivo Público. Documento manuscrito.

_____. Lei Estadual nº. 723 de 03 de abril de 1907. Código de ensino. *Collecção de Decretos e Regulamentos de 1907*. Curytiba: [s. n.], 1907.

Departamento Estadual de Arquivo Público. Documento manuscrito.

_____. Lei nº. 365 de 11 de abril de 1900. Lei de Instrução. *Collecção de Decretos e Regulamentos de 1900*. Curitiba: [s. n.], 1900.

Departamento Estadual de Arquivo Público. Documento manuscrito.

_____. Portaria nº. 134/1920. Oficializa o programa de ensino das escolas isoladas. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 02 ago. 1920b. Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP).

_____. Relatório apresentado ao Dr. Secretário Geral do Estado pelo Professor César Prieto Martinez, Inspetor Geral do Ensino: em 1922. *Relatório de Governo*. Curitiba: Typografia Penitenciária do Estado, 1922b.

_____. Relatório apresentado ao S. Secretário Geral do Estado pelo Professor César Prieto Martinez, Inspetor Geral de Ensino. *Relatório de Governo*. Curitiba: Typografia da Penitenciária do Estado, 1920c.

_____. Relatório de Governo apresentado à sua Excelência o Sr. Dr. Getúlio Vargas. M.D. Presidente da República pelo Snr. Manoel Ribas. Interventor Federal no Estado do Paraná: exercício de 1940 e 1941. *Relatório de Governo*. Curitiba: DEAP, 1941. Departamento Estadual de Arquivo Público. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1940-1941MFN827.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2013.

_____. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Lindolfo Pessoa da Cruz Marques. *Relatório de Governo*. Curitiba: Typ. Da penitenciária do Estado, 1916. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1916MFN799.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

PETITAT, A. *Produção da escola – produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

POUTIGANT, P.; STREIFF-FENART, J. *As teorias da etnicidade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

RENK, V.E. *Aprendi falar português na escola!:* o processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná. 2009. 242 p. Tese (Doutorado)-UFP. Programa de Pós Graduação em Educação, 2009.

SKIDMORE, T. E. *Preto no branco:* raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, R. F. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino primário paulista (1892-1933). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 127-143, jul./dez., 1999.

SOUZA, R. S. *A estrada do poente:* escola alema – Colégio Progresso. Curitiba: Arte e Letra, 2012.

TRINDADE, E. M. C. *Marias ou Clotildes*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VEIGA, C. G. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 9, p. 73-108, jan./jun., 2005.

VINCENT, G. et al. Sobre a historia e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jun. 2001.

WACHOWSKI, R. *As escolas de colonização polonesa no Brasil*. Curitiba: Champagnat, 2002.

Endereço para correspondência:
Curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais,
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Rua Imaculada Conceição, 1155,
80215-901, Curitiba, Paraná, Brasil.
E-mail: valquíria.renk@pucpr.br
Telefone: (41) 9602-2706

Submetido em: 20/08/2013

Aprovado em: 01/06/2014

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.